

BREVES NOTAS SOBRE O DIREITO AO SILÊNCIO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (João Gabriel Lemos Ferreira) 1

REFLEXÕES SOBRE O MODELO DE CONTROLE EXERCIDO PELO TRIBUNAL DE CONTAS NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: ENFOQUE DA CONSULTORIA JURÍDICA (Leandro Sarai e Carlos Willians Osório) 7

O ART. 54 DA LEI Nº 9.784/1999 E AS RELAÇÕES JURÍDICO-ADMINISTRATIVAS ANTERIORES (Edilson Pereira Nobre Júnior) 17

EMBARGO DA ATIVIDADE FLORESTAL SOB AS LUZES DO PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Ibraim José das Mercês Rocha) 23

COMPLIANCE E LEI ANTICORRUPÇÃO NAS EMPRESAS (Marcia Carla Pereira Ribeiro e Patrícia Dittrich Ferreira Diniz) 44

O CONCURSO PÚBLICO BRASILEIRO E A IDEOLOGIA CONCURSEIRA (Fernando de Castro Fontainha, Pedro Heitor Barros Geraldo, Alexandre Veronese e Camila Souza Alves) 58

SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – Vítima de acidente de trânsito – Assistência médico-hospitalar prestada em entidade vinculada ao SUS – Cessão de direitos pactuada entre a paciente e a Santa Casa de Misericórdia, para que o nosocômio solicitasse a indenização securitária – Inadmissibilidade – Enferma que não procedeu ao desembolso de nenhuma despesa – Instrumento de cessão antecedente à redação atual do art. 3º, §§ 2º e 3º, da Lei nº 6.194/1974 – Irrelevância – Redação primitiva de dispositivo do diploma legal que dispunha, taxativamente, que a cobertura securitária era para reembolso à vítima das despesas devidamente comprovadas (STJ) 77

INDÍGENAS “INTEGRADOS” – Alistamento eleitoral – Exigência da apresentação de certificado de quitação do serviço militar, nos

termos do art. 44, inc. II, da Lei nº 4.737/1965 – Recomendação da solicitação de documento hábil na unidade do serviço militar do qual se infra a regularidade com as obrigações correspondentes, seja pela prestação, dispensa, isenção ou quaisquer outros motivos admitidos pela legislação de regência, em conjunto ou não com o órgão competente de assistência que comprove a condição de silvícola – Desinfluência da classificação conferida ao índio pela Justiça Eleitoral (TSE) 82

REPRESENTAÇÃO PARA DECLARAÇÃO DE INDIGNIDADE/INCOMPATIBILIDADE PARA COM O OFICIALATO – Oficial Superior da Força Aérea Brasileira – Condenação por peculato – Pena superior a dois anos – Sentença condenatória transitada em julgado – Afronta a valores éticos e morais pelo militar – Determinação da perda do posto e da patente (STM) 86

DANOS MORAIS – Caracterização – Agente do Detran – Tratamento irônico, descortês e desrespeitoso dispensado a Magistrado em razão da função pública por ele exercida – Veículo conduzido pelo Juiz abordado na “Operação Lei Seca” – Automóvel desprovido de placas identificadoras, não portando o motorista CNH e CRLV – Servidora que desdenha do Magistrado, afirmando “você é Juiz e desconhece a lei?” e aduzindo que era “só um Juiz, não Deus” – Excesso no desempenho das funções – Abuso de autoridade (TJRJ) 95

CONSUMIDOR – Procon – Autuação e aplicação de multa à construtora por veicular propaganda enganosa – Venda de unidades imobiliárias anunciada por meio de panfletos publicitários – Infringência ao art. 37, § 1º, da Lei nº 8.078/1990 – Sancionada que alega violação ao processo legal administrativo – Não ocorrência – Penalidade fixada em valor razoável e proporcional (TJSP) 104

SISTEMA “S” – Sesi/Senai – Presidente/Diretor das entidades – Suposto uso indevido de campanhas publicitárias institucionais para promoção pessoal com vista às eleições majoritárias estaduais – Ausência de violação direta à norma – Determinação para que tais entes regulamentem a matéria, tendo como parâmetro o princípio republicano e o disposto no art. 37, § 1º, da CF/1988 (TCU) 109

CONCURSOS PÚBLICOS, SEPARAÇÃO DE PODERES E CONTROLE JUDICIAL SOB A ÓTICA DO STF: DEFERÊNCIA OU ATIVISMO? (Rafael Carvalho Rezende Oliveira) **121**

A TRAJETÓRIA DA TRANSCENDÊNCIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES: O FIM DA HISTÓRIA? (Breno Baia Magalhães) **128**

AUDITORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DO TCE-CE (Paulo Alcântara Saraiva Leão) **147**

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA (AAE), LICENCIAMENTO AMBIENTAL E AUTOCONTENÇÃO JUDICIAL (Eduardo Fortunato Bim) **162**

BREVE ENSAIO ACERCA DA POSSE EM CARGO, FUNÇÃO OU EMPREGO PÚBLICO CIVIL EFETIVO POR MILITAR (Luiz Eduardo de Paula Ponte) **183**

DESPACHANTE E DOCUMENTALISTA – Lei e decretos que dispõem sobre a atividade perante os órgãos da Administração Pública – Inconstitucionalidade – Competência privativa da União para legislar sobre Direito do Trabalho e sobre condições para o exercício profissional – Inteligência do art. 22, incs. I e XVI, da CF/1988 (STF) **191**

LIBERDADE DE INFORMAÇÃO/COMUNICAÇÃO – Abuso de direito e fato inverídico – Matéria publicada em *blog* – Jornalista que, fazendo uso de paródia de campanha publicitária de conhecida operadora de cartões de crédito, induz o leitor a crer ser o então Presidente do STF agente de práticas criminosas – Ofensa à honra e à imagem do Ministro – Indenização por danos morais devida (STJ) **196**

CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO – Rodovia – Residentes em comunidade rural às margens da estrada – Praça de pedágio

– Obstrução de acesso à via obrigando os rurícolas ao pagamento de tarifa integral caso necessitem ir e voltar da cidade vizinha – Prática de atividades cotidianas por pessoas de baixa renda – Manifesta injustiça e desproporcionalidade – Concessão de passe livre aos usuários demandantes (TJMG) **204**

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL – Demolição de capela – Templo localizado nas dependências da sede do Departamento da Polícia Federal – Configuração de interesse social consistente no exercício do serviço público de segurança – Construção de espaço ecumênico – Pretensa aplicação à hipótese de lei municipal que prevê a necessidade de autorização judicial para a obra – Não cabimento – Imóvel da União – Inadmissibilidade de ressarcimento por danos materiais e morais – Inexistência de qualquer ato de ilegalidade e/ou abuso de poder (TRF2ªR) **210**

PROPRIEDADE INDUSTRIAL – Uso indevido de marca – “Setex” – Inegável similaridade com a marca “Sedex” tanto gráfica como foneticamente – Serviços destinados ao mesmo segmento mercadológico – Confusão ou associação pelos consumidores – Impossibilidade de coexistência – Não caracterização de dano moral indenizável – Ausência de comprovação da ocorrência de qualquer abalo à honra objetiva e/ou à reputação da ECT – Apuração em liquidação de sentença dos danos materiais e dos lucros cessantes (TRFSªR) **216**

FÉRIAS – Servidor público – Agentes que operam diretamente com raios X e substâncias radioativas – Descanso semestral de 20 dias consecutivos – Extensão do benefício a todos os trabalhadores da CNEN, indistintamente, sem amparo legal – Necessidade de risco efetivo, e não apenas potencial – Considerações sobre “adicional de irradiação ionizante” e “gratificação por trabalhos com raios X” – Audiência dos gestores do MPOG que subscreveram e aprovaram nota técnica, bem como de demais servidores, para que apresentem razões de justificativa pela emissão e manutenção de interpretação equivocada de dispositivos legais – Inteligência do art. 79 da Lei nº 8.112/1990 (TCU) **222**

ATENTADO À LEI ORÇAMENTÁRIA E CRIME DE RESPONSABILIDADE (Kiyoshi Harada) **241**

A PONDERAÇÃO E A EFETIVAÇÃO JUDICIAL DO DIREITO À SAÚDE (Felipe Gonçalves Fernandes e Marcos Paulo Jorge de Sousa) **247**

DA IMPOSSIBILIDADE DO CANCELAMENTO DE PRECATÓRIOS APÓS O QUINQUÍDIO DECADENCIAL DE 5 ANOS À LUZ DAS NORMAS GERAIS SOBRE INVALIDAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS (Aldem Johnston Barbosa Araújo) **263**

A EVOLUÇÃO DA CONCILIAÇÃO NA PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO (Carlos Eduardo Dantas de Oliveira Lima) **274**

CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL – Dívidas referentes a anuidades – Execução fiscal – Valor exequendo superior ao equivalente a quatro anuidades – Débito executado que corresponde ao principal mais acréscimos legais – Interpretação do art. 8º da Lei nº 12.514/2011 (STJ) **289**

PARTIDO POLÍTICO – Ação de cobrança – Pagamento decorrente da prestação de serviços de publicidade e *marketing* eleitoral – Execução de sentença – Penhora de valores oriundos do fundo partidário – Inadmissibilidade – Somas com destinação legal específica – Natureza jurídica de verba pública – Impenhorabilidade absoluta – Inteligência do art. 649, inc. XI, do CPC, e dos arts. 38, 39 e 44 da Lei nº 9.096/1995 (STJ) **295**

INELEGIBILIDADE – Art. 1º, inc. I, al. I, da LC nº 64/1990 – Imprescindibilidade de decisão judicial transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito – Hipótese em que o *decisum* condenatório assentou apenas a culpa *in vigilando* – Ausência do elemento subjetivo – Deferimento do registro de candidatura que se impõe (TSE) **305**

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL – Engenheiro florestal – Emissão de receita de agrotóxicos para cultura agrícola – Inadmissibilidade – Capacidade técnica limitada à prescrição de defensivos para fins florestais (TJES) **322**

PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS – Deficiente visual – Aquisição de veículo automotor – Pretensa isenção tributária – IPVA – Não cabimento – Valor pago superior ao teto limite estabelecido pela legislação tributária estadual em vigor sobre o ICMS – Benefício fiscal que deve ser concedido de forma conjugada (TJGO) **327**

NEPOTISMO – Coordenador regional – Nomeação do irmão como colaborador eventual – Aplicação de multa – Pedido de reexame – *Error in procedendo* na citação – Circunstâncias atenuantes na conduta do servidor – Ausência de dolo – Atendimento pelo nomeado das funções esperadas – Hipótese de inobservância da moralidade administrativa, nos termos do art. 116, inc. IX, da Lei nº 8.112/1990 – Não caracterização de conduta disposta no art. 117, inc. IX, do mesmo diploma legal – Supressão de multa (TCU) **332**

PENSÃO *POST MORTEM* E PARALELISMO AFETIVO (Ana Cristina Fecuri) 337

REGULAÇÃO DA PRESTAÇÃO DIRETA DE SERVIÇOS PÚBLICOS: DIVERGÊNCIAS DECORRENTES DO MARCO REGULATÓRIO PARA O SANEAMENTO BÁSICO (André Saddy) 344

AS CONCEPÇÕES DE IGUALDADE DE OWEN FISS NA DISCUSSÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS: NÃO DISCRIMINAÇÃO OU ANTISSUBORDINAÇÃO? (Taluna Wenceslau Rocha) 360

UM LIMITE PARA A INTERVENÇÃO JUDICIAL NA ATUAÇÃO DO PODER EXECUTIVO: A RACIONALIDADE DECISÓRIA (Tomás T. S. Bugarin; Fernando B. Meneguim) 370

O PODER CONSTITUINTE BURGUEZ: APRENDENDO A LER NAS ENTRELINHAS (Daltro Alberto Jaña Marques de Oliveira) 388

CONSTITUIÇÃO DE ESTADO-MEMBRO – Emenda constitucional – Quinto constitucional – Aprovação do nome dos candidatos condicionada à aprovação da Assembleia Legislativa – Inconstitucionalidade – Afronta ao art. 94, parágrafo único, da CF/1988 (STF) 395

VERBA INDENIZATÓRIA – Percepção por Senadores da República – Empresa jornalística – Pedido de acesso aos comprovantes apresentados pelos Parlamentares – Indeferimento – Alegado sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado e proteção à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas – Inadmissibilidade – Estado republicano que impõe a total transparência no acesso a documentos públicos – Inteligência dos arts. 1º, *caput* e parágrafo único; 5º, inc. XXXIII;

37, *caput*, e § 3º, inc. II; e 216, § 2º, da CF/1988, bem como do art. 3º, inc. I, da LAI (STF) 398

PROFESSORA – Rede pública distrital – Disfonia funcional crônica – Pretensa indenização por danos materiais e morais – Não cabimento – Inexistência denexo causal entre a patologia e a atividade desenvolvida – Inaptidão, entretanto, para exercer ofícios que envolvam o uso abusivo ou indevido da voz – Readaptação da docente – Exercício de atividade de apoio administrativo (TJDFT) 409

CRIME CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO – Manutenção em depósito de produtos de origem animal em condições impróprias ao consumo – Alegada ausência de laudo pericial a atestar a nocividade da mercadoria – Prescindibilidade – Inexistência de registro de inspeção de órgão oficial – Improriedade da carne aferível de forma objetiva, visto que se apresentava com cor escura, odor fétido e consistência pegajosa – Pretensa desclassificação da conduta para a modalidade culposa – Impossibilidade – Proprietária e administradora do estabelecimento com poderes de delegar aos funcionários a função de reposição de mercadorias e de fiscalização do cumprimento das normas de ordem sanitária (TJPR) 414

PROCESSO SELETIVO – Médico-residente – Estrangeiro – Aprovação no certame – Posterior exclusão do concurso sob o fundamento de inexistência de previsão editalícia para inscrição – Divergência entre itens do edital – Cláusula que admite a participação de alienígenas, desde que tenham visto de permanência definitivo e possuam os demais documentos exigidos – Inteligência, ademais, de resolução do CFM (TJSC) 421

SUS – Departamento Nacional de Auditoria (Denasus) – Supostas irregularidades na emissão e na cobrança de autorizações de internações hospitalares e de boletins de produção ambulatorial – Exclusão da responsabilidade dos Diretores Administrativo e Clínico, ante a ausência de comprovação de favorecimento pessoal – Débito e multa à pessoa jurídica (TCU) 426

CONTRIBUTO POTIGUAR À ELABORAÇÃO DOUTRINÁRIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO (Edilson Pereira Nobre Júnior) **433**

AS PRERROGATIVAS CONSTITUCIONAIS DO PROCURADOR DO ESTADO: ANÁLISE DO CASO DA CONSULTORIA JURÍDICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA (Reinaldo Pereira e Silva) **449**

VINCULAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO À CONSTITUIÇÃO: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O ALCANCE DO DEVER CONSTITUCIONAL DE O ESTADO GARANTIR OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho) **458**

DA POSSIBILIDADE DE CONTROLE DAS DECISÕES DAS AGÊNCIAS REGULADORAS ATRAVÉS DO RECURSO HIERÁRQUICO IMPRÓPRIO (Wilson José Vinci Júnior) **467**

O CONCEITO CONSTITUCIONAL DE SERVIÇO PÚBLICO (Gustavo da Rocha Schmidt) **479**

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – Procedimento de controle administrativo – Declaração de inconstitucionalidade de dispositivo da Lei Orgânica do *Parquet* de Estado-membro por violação aos princípios da impessoalidade e da isonomia – Inadmissibilidade – Pretensão controle de constitucionalidade da legislação – Atribuição de competência para o controle da legalidade dos atos administrativos (STF) **495**

MAGISTÉRIO ESTADUAL – Trabalhadores em educação – Entidade sindical – Legitimidade ativa para ajuizamento de ADIn. – Lei com-

plementar estadual – Instituição da modalidade de remuneração por subsídios para o professor – Constitucionalidade – Inexistência de redução forçada da remuneração ou violação ao direito adquirido – Não caracterização de afronta à isonomia – Regime de subsídios que não impede o pagamento dos direitos trabalhistas aplicáveis aos servidores públicos, conforme o art. 39, § 3º, da CF/1988 (STF) **504**

CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL – Pretensão reconhecimento do direito de registro, licenciamento e emplacamento do seu único veículo na condição de categoria oficial – Inadmissibilidade – Entidade autárquica não integrante da Administração direta – Inteligência do art. 120, § 1º, do CTB (TJDFT) **515**

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL – “Respondente” – Comprovação do cometimento de irregularidades mediante processo administrativo – Afastamento definitivo das funções – Legalidade – Exercício precário e interino – Inaplicabilidade das prerrogativas previstas na Lei nº 8.935/1994 (TJGO) **518**

RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA – Danos morais – Caracterização – “Tribunal de Mediação e Justiça Arbitral” – Uso indevido de símbolo nacional (Armas) e expressões próprias do Poder Judiciário – Danos ao patrimônio imaterial da União – Indenização devida (TRF1ªR) **523**

PROCESSO SELETIVO – Sistema “S” – Indícios de fraude – Celebração de TAC – Anulação do certame e demissão dos aprovados de forma irregular – Fixação de prazo, caso ainda não ocorrida – Aplicação de multa ao ex-Superintendente e ao ex-Presidente da entidade (TCU) **531**

A NOVA LEI DE RESPONSABILIZAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS COM A LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Emerson Garcia) **541**

O NOVO REGIME DA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA E SUAS HESITAÇÕES (Luana Aita) **548**

ASPECTOS FUNDAMENTAIS DO REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO BRASIL (Marcos Paulo Jorge de Sousa) **556**

IMPROBIDADE, PRESCRIÇÃO E REELEIÇÃO: UMA CRÍTICA À JURISPRUDÊNCIA (Patrick Roberto Gasparetto) **572**

DISCURSO DE ÓDIO: DA ABORDAGEM CONCEITUAL AO DISCURSO PARLAMENTAR (Gilberto Schäfer, Paulo Gilberto Cogo Leivas e Rodrigo Hamilton dos Santos) **591**

DESOBEDIÊNCIA ELEITORAL – Acusado, hoje, Deputado Federal, que teria descumprido ordem emanada da Justiça Eleitoral que impedia a realização de carreatas ou passeatas em rodovia – Atipicidade da conduta – Inexistência de ordem direta e individualizada ao agente – Ausência do elemento subjetivo do tipo – Absolvição sumária que se impõe (STF) **601**

PAD – Servidor público – Cassação de aposentadoria – Uso de documento falso – Diploma de graduação em Pedagogia – Cum-

primento imediato da penalidade imposta logo após o julgamento do PAD e antes do decurso do prazo para recurso administrativo – Autoexecutoriedade da decisão administrativa – Recurso que, em regra, carece de efeito suspensivo (STJ) **604**

MULTA ADMINISTRATIVA – Procon – Suposta publicidade abusiva – Não ocorrência – Kit “McLanche Feliz” – Inexigibilidade da sanção – Responsabilidade familiar pela educação dos filhos que não pode ser absorvida pelo Estado em todas as hipóteses – Paternalismo injustificável (TJSP) **612**

CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL – Engenheiros, químicos, tecnólogos e técnicos de alimentos – Assunção de responsabilidade técnica na área de alimentos – Admissibilidade – Habilitação conferida pelo CRQ (TRF4ªR) **615**

UNIVERSIDADE FEDERAL – Danos morais – Caracterização – Aluno portador de doença grave – Regime de exercícios domiciliares – Reprovação por faltas – Desvinculação do estudante da instituição de ensino – Inegáveis prejuízos causados à integridade psíquica e ao bem-estar do acadêmico (TRFSªR) **621**

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS – Secretaria de Estado de Saúde – Dispensa de licitação – Sobrepreço – Caracterização – Condenação solidária dos agentes públicos envolvidos e das empresas contratadas – Aplicação de multa individual – Declaração de inidoneidade das pessoas jurídicas para contratar com o Poder Público pelo prazo de cinco anos – Encaminhamento de cópia dos autos ao MPE e ao Juízo da Vara Especializada de Ação Civil Pública e Ação Popular (TCMT) **625**

O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E OS LIMITES À LIBERDADE DE INFORMAÇÃO (Christiano de Oliveira Taveira) **641**

AS TRÊS FUNÇÕES DA ADVOCACIA PÚBLICA: RESOLVENDO CONFLITOS POR MEIO DA REALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (Silas Rodrigues Amaral) **653**

SEGURANÇA JURÍDICA NO REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO BRASILEIRO (Raul Ciampolini Gutierrez) **678**

REGIME JURÍDICO DOS BENS PÚBLICOS E A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE (Marcos Paulo Jorge de Sousa) **694**

CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO – Energia elétrica – Legislação estadual – Dispositivo que prevê a remoção pela empresa de postes de sustentação da rede elétrica que estejam causando transtornos ou impedimentos aos proprietários e aos compromissários compradores de terrenos, sem qualquer ônus para os interessados – Inconstitucionalidade formal – Encargos extraordinários não previstos nos contratos de concessão – Afronta à competência da União (STF) **713**

PROCON – Aplicação de multa – Legitimidade – Poder de polícia – Interpretação de cláusulas contratuais consumeristas – Aferição de abusividade – Controle de legalidade que não se confunde com a função jurisdicional – Motivação sucinta que não pode ser considerada inexistente (STJ) **720**

PROMOTOR DE JUSTIÇA – Queixa-crime – Imputação da prática de crimes contra a honra – Supostas ofensas irrogadas em Plenário do Tribunal do Júri contra advogada de defesa – Alegação pelo membro do *Parquet* de imunidade e inviolabilidade de manifestação, além de ausência do ânimo de ofender – Recebimento da inicial acusatória (TJSP) **726**

TERMO DE PARCERIA – Projeto “Excelência Administrativa” – Irregularidade das contas – Prefeito Municipal e gestores – Recolhimento dos recursos repassados e multa – Alegadas nulidades relativas à citação da ex-gerente e do ex-Presidente da entidade – Preliminares rejeitadas – Ausência de extratos bancários – Deficiências na definição do objeto, do plano de trabalho, de metas e de objetivos do pacto – Discrepância dos valores repassados – Encerramento antecipado da parceria – Afronta aos princípios da economicidade, eficiência e eficácia na execução – Algumas falhas formais sanadas – Apresentação de declaração de que o instituto possui condições satisfatórias de funcionamento, da legislação declaratória da entidade como de utilidade pública e da certidão liberatória (TCPR) **729**

DIREITOS FUNDAMENTAIS: CONCEITO, ATUALIDADE E APLICAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA (Adriano Elias Oliveira) **741**

FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE: A CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Elisabete Maniglia e Thiago Lemos Possas) **753**

A TEORIA DA INTERPRETAÇÃO EM RONALD DWORKIN (Wilson Roberto Theodoro Filho) **760**

OS LIMITES TEMPORAIS PARA A INVALIDAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS INVÁLIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Vitor Kleber Almeida Santos) **770**

CONCEITO DE DIREITO ADQUIRIDO: UMA NOVA REFLEXÃO (Leandro Sarai) **781**

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL – Concurso de remoção nos serviços notariais e de registro – Desempate do certame – Critério etário embasado no Estatuto do Idoso – Conselho Nacional de Justiça – Determinação da adoção de maior tempo de serviço público – Aplicação de normas específicas – Inteligência da Lei Federal nº 8.935/1994 e de lei estadual especial (STF) **797**

EDUCAÇÃO E ENSINO – Lei estadual – Fixação do número máximo de alunos em sala de aula – Constitucionalidade – Partilha de competência legislativa concorrente, nos termos do art. 24, inc. IX, da CF/1988 – Ausência de usurpação da competência da União em matéria de normas gerais – Detalhamento pelo Estado-membro da previsão contida no art. 25 da Lei nº 9.394/1996 (STF) **807**

“OPERAÇÃO SANGUESSUGA” – Deputado Federal – Denunciado que, em comunhão de esforços com Prefeito e com empresário, desviou rendas públicas em proveito próprio e alheio – Apresentação de emenda parlamentar ao orçamento da União autorizando o repasse de recursos – Peculato – Crime de responsabilidade – Delito próprio que admite participação – Justa causa para a ação penal – Direcionamento de licitação para compra de ambulância com sobrepreço – Indicativos suficientes de participação – Denúncia recebida (STF) **818**

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Sentença proferida em ação civil pública – Aplicação da pena de perda da função pública a membro do Ministério Público – Admissibilidade – Inteligência do art. 12 da Lei nº 8.429/1992 (STJ) **821**

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – Imóvel tombado – Conjunto arquitetônico e urbanístico – Execução de obras voltadas à conservação e reparação do bem – Proprietário sem condições financeiras para custeio – Projeto contratado e aprovado pelo Iphan desde 2012 não executado por insuficiência de recursos e cortes no orçamento do instituto – Não cabimento da invocação da cláusula de reserva do possível – Restauração determinada – Responsabilidade subsidiária da União – Concessão do prazo de 180 dias – Multa diária arbitrada no caso de descumprimento da obrigação de fazer (TRF4ªR) **829**

PROFESSOR – Contratação temporária – Lei estadual – Constitucionalidade – Atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público – Processo seletivo simplificado – Contratação por meio da comprovação de títulos e experiência profissional – Alegada exiguidade do prazo para efetivação da inscrição – Minimização dos efeitos devido à ampla divulgação e operacionalização de inscrições pela Internet (TCES) **836**

ARTIGOS, PARECERES E ATUALIDADES

O PÓS-ESCRITO DE H.L.A. HART EM "O CONCEITO DE DIREITO": BREVES COMENTÁRIOS ÀS RESPOSTAS A RONALD DWORKIN (Fernanda Freire dos Santos) **841**

A MOTIVAÇÃO DOS ATOS DE NOMEAÇÃO DE AGENTES POLÍTICOS, EM CASO DE INDÍCIOS FUNDADOS DE DÉFICIT DE IDONEIDADE MORAL E REPUTAÇÃO ILIBADA (Hidemberg Alves da Frota) **852**

PLANEJAMENTO E PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO (Jessé Torres Pereira Junior e Thaís Boia Marçal) **865**

A INSCRIÇÃO NO CNICAI E O DIREITO DE SER OUVIDO (João Gabriel Lemos Ferreira) **877**

A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL REFORÇADA DO DIREITO AO ENSINO OBRIGATÓRIO E GRATUITO E A PROGRESSIVIDADE DO ENSINO MÉDIO (Dhenize Maria Franco Dias) **881**

O CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO MECANISMO DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS (Paulina Letícia da Silva) **889**

INSPRUDÊNCIA E DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

PETROBRAS – Possíveis irregularidades na condução do processo de aquisição da refinaria Pasadena – TCU – Tomada de contas especial – Medida cautelar de indisponibilidade de bens dos

eventuais responsáveis – Poder geral de cautela conferido à Corte de Contas – Gravidade excepcional dos fatos apurados (STF) **911**

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Realização de projeto audiovisual – Malversação de recursos públicos oriundos de renúncia fiscal – Ação proposta apenas contra particular – Ausência de agente público no polo passivo – Inadmissibilidade – Extinção de demanda sem resolução do mérito – Não impedimento da atuação do Ministério Público no tocante à eventual responsabilização penal e ressarcimento ao Erário pelas vias adequadas (STJ) **921**

COHAB – Realização de obras de urgência devido a risco de desabamento de conjunto habitacional – Fortes chuvas na região – Boa-fé e mitigação de danos – Seguro habitacional – Condenação da instituição financeira ao pagamento do valor despendido – Inexistência de controvérsia a respeito do *quantum* indenizatório (TJSP) **931**

CONCURSO PÚBLICO – Ausência de comprovação da qualificação técnica da banca examinadora – Insuficiência para determinar a ilegalidade do certame – Inexistência de elementos que caracterizem fraude ou favorecimento de algum candidato – Ausência de documentos comprobatórios de que a contratada, para conduzir o processo seletivo, possui parque gráfico próprio monitorado por câmeras de filmagem 24 horas por dia – Inexistência de cópias das provas aplicadas no certame – Falta dos pressupostos que não obsta o registro das admissões – Determinações ao gestor (TCPR) **936**

CONSÓRCIOS PÚBLICOS DE SAÚDE COMO INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO ENTRE AS PESSOAS POLÍTICAS E O CONTRATO ORGANIZATIVO DA AÇÃO PÚBLICA DA SAÚDE (Eunice Leonel da Cunha Minato) **941**

O DIREITO SUBJETIVO DO SERVIDOR PÚBLICO À READAPTAÇÃO FUNCIONAL: ANÁLISE DO CASO DO PROCURADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Reinaldo Pereira e Silva) **950**

APRIMORAMENTO DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ: MAIOR AUTONOMIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E INDEPENDÊNCIA DA MAGISTRATURA ANTE OS DEMAIS PODERES E A SOCIEDADE (Enio Nakamura Oku) **963**

O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CRÍTICAS DE DIMITRI DIMOULIS E OS JULGADOS DO STF (Caroline Vargas Barbosa, Deiliane Monteiro de Sousa e Marco Aurélio Rodrigues da Cunha e Cruz) **981**

ATIVISMO JUDICIAL EM FOCO: O STF NA BUSCA DO EQUILÍBRIO ENTRE INCLUSÃO SOCIAL E RESPEITO AO LIVRE MERCADO (Antonio Celso Baeta Minhoto) **993**

CONCURSO PÚBLICO – Dispositivo de lei estadual – Serviços notariais e de registro – Ingresso e remoção – Apresentação como títulos de “tempo de serviço prestado como titular, interino, substituto ou escrevente” e “trabalhos jurídicos publicados, de autoria única, e apresentação de temas em congressos”, ambos

em serviços notariais e registrais – Inconstitucionalidade do dispositivo – Afronta ao princípio da isonomia – Efeito *ex nunc*, a partir da data da concessão da cautelar (STF) **1007**

PENSÃO ESPECIAL – Ex-combatente da Segunda Guerra Mundial – Neto menor sob guarda – Possibilidade da concessão do benefício, ainda que ausente a previsão legal nos termos da Lei nº 8.059/1990 – Aplicação do art. 33, § 3º, do ECA – Critério da especialidade – Prevalência do princípio da prioridade absoluta e da doutrina da proteção integral – Ratificação pelo Brasil da convenção sobre os direitos da criança (STJ) **1011**

AUXÍLIO-RECLUSÃO – Servidor público federal – Prisão preventiva – Benefício devido nos termos do art. 229 da Lei nº 8.112/1990 – Agente público estatutário titular de cargo efetivo – Inaplicabilidade do limite imposto pelo art. 13 da EC nº 20/1998, direcionado aos funcionários vinculados ao RGPS (STJ) **1015**

MILITAR – Gozo de férias – Sinistro rodoviário em moto particular – Pretensa reforma por invalidez – Não cabimento – Não caracterização de acidente em serviço – Laudos militares que afirmam inexistir incapacidade para a prática de atos da vida civil – Autor que não se desincumbiu de produzir prova pericial que desconstituisse tal conclusão (TRF1ªR) **1018**

APOSENTADORIA – Tempo de serviço público – Possibilidade da contagem de tempo de serviço/contribuição prestado à Administração indireta, em empresa pública ou sociedade de economia mista – Interpretação do art. 40, § 1º, inc. III, da CF; art. 6º, inc. III, da EC nº 41/2003; e art. 3º, inc. II, da EC nº 47/2005 – Impossibilidade da contagem de tempo de serviço/contribuição prestado à Oscip para tal fim – Tempo que poderá ser computado na iniciativa privada – Inteligência do art. 201 da CF (TCMG) **1021**

REFLEXÕES SOBRE A ARBITRAGEM NOS CONFLITOS ENVOLVENDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ARBITRABILIDADE, LEGALIDADE, PUBLICIDADE E A NECESSÁRIA REGULAMENTAÇÃO) (Gustavo da Rocha Schmidt) **1041**

CONTROLE DA OMISSÃO NORMATIVA INCONSTITUCIONAL: EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL DO STF NO MANDADO DE INJUNÇÃO ATÉ A PROMULGAÇÃO DA LEI Nº 13.300/2016 (Paula Paschoal Di Cesare) **1060**

ELABORAÇÃO NORMATIVA E QUALIDADE DA LEGISLAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DO EXECUTIVO FEDERAL (João Vitor Rodrigues Loureiro) **1070**

PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES SOCIAIS SEM FINS LUCRATIVOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÃO EXCLUSIVOS DOS ENTES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (Devaldo Rocha Pereira) **1085**

A NECESSÁRIA OBSERVÂNCIA, POR PARTE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS ESTATAIS, NA CONDIÇÃO DE INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DO INTERESSE PÚBLICO NA GESTÃO DOS SEUS CONTRATOS BANCÁRIOS EM ÉPOCAS DE CRISE ECONÔMICA (Aldem Johnston Barbosa Araújo) **1095**

RADIODIFUSÃO SONORA – Outorga para a execução dos serviços com finalidade exclusivamente educativa – Autorização de funcionamento concedida pelo Judiciário – Inadmissibilidade, ainda que a título precário – Ato administrativo complexo que vincula funções dos Poderes Executivo e Legislativo (STJ) **1109**

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – Servidora pública – Apuração de mais de 160 faltas no trabalho – Demissão – Alegada suspeição de membro da comissão disciplinar – Não comprovação do ato – Proporcionalidade e razoabilidade (STJ) **1114**

DROGARIA – Técnico em farmácia – Assunção de responsabilidade técnica – Possibilidade – Habilitação e registro no CRF – Considerações (TRF3ªR) **1119**

MEIO AMBIENTE – Pesca de lagostas em período de defeso e posse de cascos de tartaruga – Dano ambiental – Indenização devida – Alegação de parcos recursos pelo réu que não afasta a incidência de norma punitiva (TRF5ªR) **1123**

RECURSO DE REVISÃO – Sistema “S” – Edição de acórdão alegada ou efetivamente divergente da decisão adotada em um processo – Não caracterização de fato novo hábil para fundamentar a apresentação do recurso – Não conhecimento – Não atendimento aos requisitos específicos de admissibilidade (TCU) **1125**

ADVOCACIA PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS (Edilson Pereira Nobre Júnior) **1141**

O SAPATEIRO DE APELES: O STF APÓS 1988 (Cristiano de Jesus Pereira Nascimento) **1151**

DEMOCRACY AND POLYCENTRISM OF POWER – AN ANALYSIS ABOUT THE COSMOPOLITAN DEMOCRACY PROPOSAL FACING THE BRAZILIAN INSTITUTIONAL ORGANIZATION (Murilo Gaspar-do) **1158**

POLÍTICA PÚBLICA NA ÁREA DA SAÚDE – UMA PROPOSTA: IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE MANUTENÇÃO PREDIAL E DE EQUIPAMENTOS DA REDE HOSPITALAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (José Mauro Carrilho Guimarães) **1168**

MORALIDADE ADMINISTRATIVA, VEDAÇÃO DE PENAS DE CARÁTER PERPÉTUO E O ART. 137, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 8.112/1990 (Alceu Mauricio Junior, Francisco de Assis Basílio de Moraes e Jéssica Cardoso Silva) **1195**

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP) – Procedimento de controle administrativo – Notificação apenas por edital de pessoa identificada como beneficiária direta do ato objeto de questionamento – Afronta ao exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa (STF) **1205**

POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – Processo administrativo disciplinar – Acusação, na seara administrativa, de ter exigido dinheiro de motoristas para deixar de lavar autos de infração – Demissão – Absolvição do servidor na esfera penal por ausência

de provas – Fatos novos – Testemunhas denunciadas pelo MPF por denúncia caluniosa e falso testemunho – Pena desconstituída diante da inexistência de falta residual – Indicação da possibilidade de pleitear indenização nas Instâncias ordinárias – Possibilidade (STF) **1209**

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Não caracterização – Policiais rodoviários federais – Agentes públicos que, no exercício da função, fizeram uso de arma de grosso calibre com o fim de intimidar um casal que estava fotografando possíveis irregularidades no posto rodoviário – Conduta que, em tese, estaria sob a incidência da Lei nº 4.898/1965 – Abuso de autoridade – Ofensa praticada por servidor contra particular que não estava no exercício da função pública, nem recebeu repasses financeiros do Estado para esse fim – Ausência de lesão aos cofres públicos ou enriquecimento ilícito (STJ) **1214**

CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL – Treinador/técnico da modalidade esportiva de tênis de mesa – Exigência de inscrição no CREF – Atividade não privativa de profissionais com formação em educação física – Registro exigível somente aos treinadores graduados (TRF3ªR) **1219**

TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA – Instituto de Tecnologia Estadual – Importação de equipamento de robótica denominado Cellmate – Pesquisas, estudos e produção de vacina antirrábica humana em cultivo celular – Aquisição e não utilização do bem – Falta de planejamento e afronta ao princípio da eficiência – Irregularidade das contas – Condenação dos responsáveis à devolução do dano decorrente da depreciação do objeto, proporcionalmente ao período em que foram gestores, a ser apurado em processo de liquidação – Aplicação de multa – Determinação para apresentação de plano de ação da utilização final do bem a ser apreciado em processo de monitoramento (TCPR) **1225**